

Ação do Estado na saúde e educação divide candidatos

Carmen Kozak

Enquanto os candidatos progressistas e de esquerda defendem uma atuação quase exclusiva do Estado nos setores de educação e saúde, o candidato do PSD, Ronaldo Caiado, pretende saneá-los com um choque de capitalismo. Na sua opinião, "a livre concorrência é a chave do problema saúde" e, por isso, pretende destinar os recursos federais, "seja para a rede pública, seja para a rede privada, em função da produtividade". Ou seja, estiver executando melhor a política de saúde pretendida terá em mãos as verbas públicas, apesar da Constituição restringir a alocação de recursos públicos para a iniciativa privada.

Somente os candidatos do PMDB, Ulysses Guimarães e do PCB, Roberto Freire, disseram objetivamente como pretendem resolver o problema educacional e de saúde, e qual será a participação da iniciativa privada nestes setores em seu Governo. "Saúde e Educação" é o 12º tema da série que o **Jornal de Brasília** publica, aos domingos, com a opinião dos presidenciais sobre os principais problemas do País.

Ulysses afirma que para assegurar a educação e saúde, "deveres que o Estado é obrigado a pagar", é necessário "aumentar os recursos" a serem aplicados. O candidato do PMDB pretende destinar de 8% a 10% do PIB (hoje são 3,7%) à saúde e US\$ 7 bilhões à educação — isso equivale a 6,7% do PIB. Ulysses



pretende dar continuidade à implantação do Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde, por entender que "essa é uma experiência vitoriosa".

O candidato do PCB tem a mesma opinião, inclusive quanto à porcentagem que deverá ser aplicada em cada setor. A diferença é que Freire não admite a participação da iniciativa privada para complementar essa política, argumentando que "essa é uma tarefa exclusiva do governo e não pode ter fins lucrativos". Lula vai mais longe e promete uma estatização progressiva nestas áreas. Essa tese é com-

batida por Collor de Mello, do PRN; Afif Domingos, do PL; Paulo Maluf, do PDS; Affonso Camargo, do PTB e Ronaldo Caiado, do PSD.

Maluf afirma que é "favorável à participação da iniciativa privada em qualquer setor". Promete, sem dizer como, garantir saúde e educação para todos, preferindo deixar de lado as propostas programáticas e apresentar credenciais de um suposto bom governante. Exemplifica com a composição de seu secretariado no Governo de São Paulo: "O meu secretário de Saúde foi o cirurgião Adib Jatene, e o secretário de Educação, o reitor Luiz Ferreira Martins".

Mesmo sem credenciais a apresentar, o senador Affonso Camargo, candidato do PTB, não conseguiu explicar como vai garantir duas de suas quatro prioridades programáticas: saúde e educação. Tem, para o setor educacional, "uma concepção (complexa) de desenvolvimento que traz em seu bojo uma proposta de democratização do acesso aos meios de educação não-escolar e do mercado de bens culturais".

Na próxima semana, os presidenciais abordam o sistema tributário e o de imposto de rendas das pessoas físicas.

PAULO MALUF (PDS)

Defende a participação da iniciativa privada não só na Educação e na Saúde como em "todos os setores da vida nacional". Na sua opinião, o Estado deve oferecer educação e saúde de ótima qualidade, "pagando bem os seus profissionais, planejando e fiscalizando corretamente". Como já virou prática em seu discurso, Maluf prefere



deixar de lado as propostas concretas de Governo para mostrar que pode "executar bem a presidência" com credenciais de quem já "governou" a cidade e o Estado de São Paulo: "Em meu governo o secretário de Saúde era o mundialmente famoso cirurgião Adib Jatene, e o secretário da Educação, o reitor Luiz Ferreira Martins". Para Maluf, mesmo que a educação e saúde oferecidas pelo Estado sejam de excelente qualidade, "háverá espaço para a iniciativa privada, capaz de maior agilidade e custos mais baixos".

AFIF DOMINGOS (PL)

Garante que saúde e educação serão prioridades em seu governo, "a partir de uma inversão na alocação de recursos". Nos dois setores, o primeiro passo será o "acompanhamento da criança desde o útero materno, com ênfase, portanto, nos programas de pré-escola". Além disso, será possível "prevenir uma série de doenças que



são frutos da desnutrição". No setor educacional, Afif pretende municipalizar os investimentos nas escolas de primeiro grau, que terão também cursos profissionalizantes "voltados para realidade econômica de cada região". Para garantir a melhoria na área da educação, o candidato liberal pretende "pagar salários dignos aos professores e oferecer condições para o seu aperfeiçoamento profissional". Quanto à saúde, Afif quer priorizar os serviços de prevenção, ao invés de aumentar o investimento na medicina curativa, "que é mais onerosa".

LEONEL BRIZOLA (PDT)

A educação é um dos mais fortes cabos eleitorais da campanha de Brizola, que promete "espalhar", por todo o Brasil, Centros Integrados de Educação Popular — os famosos Cieps. Com essa ação, Brizola pretende erradicar o analfabetismo, garantir acesso de todos à educação e, ao mesmo tempo, combater a marginalização e desnutrição infantil. Para tanto, pretende aumentar os recursos destinados à educação. A ação, coordenada pelo Governo Federal e executada pelos



Estados e municípios, consiste também na valorização do professor, que terá melhores salários e reciclagem profissional. As universidades serão autônomas e incentivarão a pesquisa. O ensino técnico será ampliado e terá como objetivo formar mão-de-obra especializada. No setor de saúde, pretende dar continuidade à implantação do Sistema Único e Descentralizado de Saúde e priorizar as ações preventivas. O estímulo à pesquisa merecerá dotação orçamentária significativa, assim como a produção de medicamentos. Admite a atuação da iniciativa privada nesses setores, desde que o Governo não destine verbas públicas e fiscalize sua atuação, principalmente na educação.

LUÍZ INACIO LULA DA SILVA (PT)

Lula quer "garantir a todos, saúde e educação, gratuita e de boa qualidade". No setor de saúde, pretende "desprivatizar progressivamente os serviços que hoje são coteados pelo Estado e criar um fundo único de saúde, com a participação ativa dos profissionais de saúde e o controle popular da qualidade do atendimento". Dará atenção especial à produção de medicamentos e estatizará, imediatamente, os



bancos de sangue, "garantindo a descontaminação e eliminando os riscos de transmissão de doenças". Executará uma política de prevenção, redução de acidentes de trabalho e saúde da mulher, idosos e crianças. Na educação, concentrará esforços na extinção do analfabetismo e na universalização do ensino básico. Dará ênfase à formação profissional dos alunos, incentivando as escolas técnicas. A universidade pública terá autonomia e ensino de "alta qualidade". Haverá controle rigoroso tanto nas escolas do Estado quanto da rede particular. Se eleito, Lula não aplicará recursos públicos nos setores privados de saúde e educação.

MÁRIO COVAS (PSDB)

Para o candidato dos "tucanos", saúde e educação "são compromissos e deveres do Estado". Explica que "assim foi pregado por liberais desde o século passado e foi assumido com ênfase pela social-democracia neste". Covas promete erradicar o analfabetismo em cinco anos se for eleito presidente da República, "universalizar o ensino fundamental e tornar o ensino público de qualidade e acessível".



Em relação à saúde, o "tucano" pretende implantar um sistema envolvendo de vários níveis da administração pública, que representará uma política "globalizante, preocupada com as condições de vida, prevenção, redução da mortalidade infantil, assistência materno-infantil, questões específicas como endemias, saúde no trabalho e assistência curativa universalizada. Afirma que a iniciativa privada pode atuar nos campos da saúde e da educação, dentro das normas constitucionais — sem incentivos do Estado: "O que não pode é substituir o dever do Estado e o direito de acesso a estes serviços essenciais".

FERNANDO COLLOR DE MELLO (PRN)

Afirma que a União terá que assistir técnica e financeiramente no ensino de primeiro e segundo grau, "apesar de esta ser uma atribuição prioritária dos governos estaduais e municipais". Além disso, pretende "criar mecanismos de incentivo para que as empresas privadas suplementem as necessidades das escolas públicas". Convidará a iniciativa privada, também, "para participar do progresso da



universidade, através de formas diretas e indiretas de colaboração, cooperação e integração". Defende a educação profissionalizante para a população de baixa renda. No setor saúde, as diretrizes do candidato do PRN são o pluralismo assistencial, considerando a questão estatização-privatização como "uma falsa dicotomia"; a saúde tratada acima das questões políticas e ideológicas, com a articulação do sistema por critérios técnicos e profissionais; o dever do Estado de se instrumentalizar para executar suas responsabilidades com eficiência; e "incentivo ao setor privado para integrar o sistema com autonomia".

ULYSSES GUIMARAES (PMDB)

"Saúde e educação é um direito de todos e um dever do Estado. Se é dever, o Estado é obrigado a pagar". Esta é a opinião do deputado Ulysses Guimarães, que pretende aplicar no setor de saúde de 8% a 10% do PIB, em lugar dos 3,7% que são destinados hoje. Pretende dar continuidade à implantação do Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde (SUDS), por considerar um "modelo vitorioso". Explica que "a saúde proporcionada nos municípios rende mais, melhor e é muito mais barata, além de



aproximar a gerência das ações ao local onde elas se desenvolvem". A iniciativa privada complementar os serviços do poder público desde que obedeça às normas do direito público. O plano para a educação é semelhante e implica em investimentos no valor de US\$ 7 bilhões, ou seja, 6,7% do PIB. Hoje, são aplicados 4,2% do PIB. Com isso, Ulysses pretende priorizar o ensino de primeiro grau, recuperar a rede existente, aumentar o salário dos professores e garantir a merenda escolar durante todo ano, além de ampliar a rede escolar. Essa expansão estará subordinada à melhoria na qualidade de ensino e permanência maior da criança na escola. "Assim a criança aprende mais e assimila melhor a cultura da escola e da sociedade".

ROBERTO FREIRE (PCB)

Freire, de acordo com o programa do partido, tem uma proposta para os setores de saúde e educação que parte do pressuposto que essas ações "são uma exigência para uma vida digna e um direito de todos, cujo pleno gozo só será alcançado coletivamente com a edificação da sociedade socialista". Assim, pretende, primeiro, ampliar de 4% para 8% do PIB os investimentos na área de saúde, centralizando as ações na medicina preventiva, de trabalho, do consumidor (sanitária), de proteção ambiental, de ciência e tecnologia e



produção de medicamentos. Essas metas serão aplicadas no Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde, que facilita o atendimento à comunidade. Na educação, a política terá que ser "severa", já que o Brasil é o 77º colocado nas estatísticas mundiais. Com a participação do povo na gestão da educação, Freire quer garantir escolas em todos os níveis: maternal (até cinco anos), básica (6 a 16 anos), tecnológica e profissional (pós-secundário) e superior. Garantirá a qualificação e boa remuneração do professor, pois "dele depende a qualidade da educação". Para isso, pretende reestruturar "radicalmente o atual sistema educacional". O governo de Freire não destinará verbas públicas para a escola privada.

RONALDO CAIADO (PSD)

"Sou francamente favorável à participação da iniciativa privada na educação e na saúde". A proposta de Caiado na área educacional é "dar absoluta prioridade à universalização da oferta de ensino de primeiro grau, como forma de erradicar o analfabetismo". As verbas federais serão usadas para o incentivo e apoio ao ensino básico e da profissionalização. "Ao elemento essencial do processo educacional, o professor, deve-se assegurar meio de aperfei-



çoamento profissional e incentivos salariais". Quanto à saúde, pretende enfatizar a medicina preventiva. Afirmando ter uma "proposta abrangente", Caiado diz que, "por um lado, a geração intensiva de empregos atrairá para o sistema previdenciário a população que hoje se encontra à sua margem, dando ao INPS capacidade de investir mais; por outro lado, todo sistema de saúde será dirigido para sua razão de ser: o doente". Esse doente terá direito de escolher para onde se dirigir: rede pública ou rede privada. Os recursos serão alocados em função da produtividade, seja para a rede pública, seja para a particular: "Livre concorrência é a chave do problema saúde".

AFFONSO CAMARGO (PTB)

Defende a participação da iniciativa privada nos dois setores. Para a educação, as "concepções de desenvolvimento" do candidato do PTB "trazem em seu bojo uma proposta de democratização do acesso aos meios de educação não-escolar e do mercado de bens culturais, buscando, evidentemente, uma articulação entre as políticas educacional, cultural e de comunicação social". Essa proposta "ficará materializada no desenvol-



vimento institucional e nas ações de um novo organismo central para a gestão do sistema educacional e de desenvolvimento científico, que vamos implementar nos primeiros dias de nosso governo". A saúde "está nas quatro metas prioritárias" do seu plano de governo. Pretende criar o programa "A saúde encontrou o seu endereço" em cada município. Esse programa implica "Assistência médica o mais próximo possível da casa e um cadastramento nacional permanente". Camargo aumentará os recursos destinados à saúde e "não poupará recursos para aparelhar melhor os postos de saúde e hospitais".

AUSENTE

O candidato do PFL, Aureliano Chaves, não se pronunciou sobre o tema proposto.